

Gazeta Valeparaibana, Abril 2017
O NEGÓCIO DO ACORDO ORTOGRÁFICO (parte I)
Loryel Rocha

Este mês compartilharei um artigo que foi publicado no Jornal *O Diabo* em 24 de Junho de 2014 que trata da história do Acordo Ortográfico de 1990. Este é um tema de extrema relevância dado que o referido AO aniquila por completo a Língua Portuguesa. Em Portugal, o AO está sob júdice e será de bom tom que no Brasil as discussões também se iniciem. Urdido sob a premissa do comércio (diga-se imoral) de modo algum se pode matar a Língua de todos nós.

“O projecto, nascido da cabeça do intelectual esquerdista brasileiro Antônio Houaiss, foi desde o início um empreendimento com fins lucrativos, apoiado por urna poderosa máquina política e comercial com ramificações em Portugal.

O português mais distraído talvez pense que um colégio de sábios bons e eminentes terá decidido um dia, após longos anos de estudo e investigação, proceder à reforma do sistema ortográfico da Língua Portuguesa - e que os governos dos países lusófonos, tendo-se debruçado sobre o assunto com o auxílio ponderado de gramáticos e lexicógrafos, terão conscienciosamente aprovado essa tão bem preparada reforma. Mas o português distraído estaria redondamente enganado.

Já se sabia que o acordo ortográfico foi preparado em cima do joelho, longe do debate público e do escrutínio do povo, dos mestres da Língua e dos especialistas da Gramática. Mas só agora começa a conhecer-se, em detalhe, todo o processo de de um tratado internacional que, embora já esteja a ser aplicado em alguns países (como Portugal), só entrara plenamente em vigor, se algum dia entrar, quando todos os governos lusófonos o assinarem. E ainda falta um...

Em Portugal, no Brasil e em Angola, o acordo suscita enormes polémicas e tem contra si uma parte considerável do mundo académico e literário. Não obstante, governos e parlamentos dos PALOP terem vindo a ratificar consecutivamente o tratado, na ilusão "politicamente correcta" (estranhamente adoptada em Portugal por Executivos de centro-direita) de que ele representa "progresso" e "igualdade".

A ideia, é certo, nasceu na cabeça de um académico esquerdista, o brasileiro Antônio Houaiss, que contou em Portugal com o providencial auxílio do linguista Malaca Casteliro. Viajemos, então, no tempo e procuremos a génese de todo o processo, que nas últimas três décadas tem enchido os bolsos a um grupo restrito de autores e editores.

Segundo o testemunho do escritor português Ernesto Rodrigues, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, publicado no seu 'blog' na internet, "Antônio Houaiss

e Malaca Casteleiro dinamizavam, desde 1986, um projecto de acordo ortográfico". Este fora sugerido, em primeiro lugar, no ano anterior, por Houaiss, que até aí fizera carreira como autor de versões brasileiras de dicionários enciclopédicos e dirigira, havia pouco, um "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" (1981).

Consultor de editoras privadas

Quem era Antônio Houaiss? De origem libanesa, nascido no Rio de Janeiro em 1915, Houaiss era docente de Língua Portuguesa e consultor de várias editoras privadas de livros quando a ideia lhe surgiu. Apoiante de Getúlio Vargas (e depois de Leonel Brizola e do Partido Democrático Trabalhista, membro da Internacional Socialista), nunca escondeu as suas ideias políticas. Estas leva-lo-iam mais tarde ao cargo de ministro da Cultura no governo socialista de Itamar Franco, entre 1992 e 1993, e a direcção do Conselho Nacional de Política Cultural, do Ministério da Cultura (1994-1995). Foi a seguir (1996) presidente da Academia Brasileira de Letras. Jocosamente, o humorista brasileiro Millôr Fernandes referia-se-lhe dizendo: "Houaiss conhece todas as palavras da Língua Portuguesa, ele só não sabe junta-las".

Em 1985, Antônio Houaiss era apenas um intelectual de esquerda com uma ambição: compor um dicionário da Língua Portuguesa que ombreasse com o famoso "Dicionário Aurelio", da autoria de Aurelio Buarque de Holanda Ferreira, que desde a sua primeira edição, em 1975, já vendera até então mais de um milhão de exemplares. Mas Houaiss confrontava-se com uma "pequena" dificuldade técnica: para ultrapassar as marcas de Aurelio, o seu dicionário teria de galgar as fronteiras do Brasil e impor-se em todo o mundo lusófono como obra de referência. E para tanto era preciso "unificara a Língua" ...

Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), onde sucedeu a Álvaro Lins (diplomata "progressista" que nos anos 50 provocara uma crise diplomática entre Brasília e Lisboa ao conceder asilo político a Humberto Delgado na embaixada brasileira em Portugal), Houaiss começou a congeminar um projecto de "unificação ortográfica" logo em 1985, com o auxílio do filólogo Mauro de Salles Villar. No início de 1986, Houaiss promoveu no Rio de Janeiro os primeiros "Encontros para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa", que haveriam de arrastar-se até 1990. O dicionarista obtivera para isso "carta branca da ABL", segundo referiu José Carlos de Azeredo, professor do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em entrevista ao jornal digital brasileiro UOL. "O Antônio Houaiss era o único representante brasileiro", especificou.

Máquina política e comercial

De início, a intelectualidade dos dois lados do Atlântico fez vista grossa a flagrante

coincidência entre o autor da ideia de "unificar a Língua" e o potencial autor do primeiro grande dicionário da Língua "unificada". Só depois, por fugas de informação, a comunidade científica se apercebeu da monstruosidade do propósito. Mas a máquina política e comercial já estava em marcha ... Em 1990, os representantes dos PALOPs são levados a subscrever um primeiro tratado com vista a "uniformização" da ortografia. E Antônio Houaiss e Salles Villar embrenham-se na elaboração da sua obra-prima. De caminho, Houaiss vinha publicando outros livros, de carácter mais partidário, como "O fracasso do conservadorismo", "Brasil-URSS 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas", "Socialismo e liberdade" ou "Socialismo-Vida, morte e ressurreição". Creditava-se, assim, como político, condição que assumiu plenamente ao integrar o governo socialista de Itamar Franco, na sequência do 'impeachment' do presidente Collor de Melo.

Por esta altura, tornara-se óbvia a falta de entusiasmo dos intelectuais brasileiros quanto a uma reforma, da ortografia. Um primeiro acordo fora assinado, é certo, mas previa-se um longo e difícil caminho até à sua promulgação final no Brasil. Na própria Academia Brasileira de Letras, muitos eram os académicos que se manifestavam contra o projecto. Um deles, o conhecido gramático Evanildo Bechara, afirmava mesmo: "Deus nos livre desta monstruosidade". Que fazer? A generalidade dos cientistas opunha-se ao acordo, mas este estava assinado e podia, ainda que informalmente, ser "imposto" através da divulgação massiva de um "novo dicionário" usando as "novas regras". E se essa divulgação pudesse ser feita pelo próprio Estado, tanto melhor. Foi este o caminho escolhido pelos defensores dessa "nova língua" a que em Portugal logo se pôs a alcunha de "acordês". “